



CPR  
Exército

# CPR - Exército

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: [aeral@ans.pt](mailto:aeral@ans.pt)



Nº: 01/2003  
Data: 23 ABR 02

## COMUNICADO

### DIAGNÓSTICO RESERVADO

A CPR-Exército reuniu para uma análise global da situação militar, no âmbito do pessoal, e mais particularmente, no seio do Exército.

Em linhas gerais, a situação não é de molde a alimentar grandes expectativas de progresso, no que respeita às questões da política de pessoal, nem mesmo em termos do Exército em geral.

São diversos os motivos de preocupação, que no entanto, ninguém parece interessado em debater juntamente com as associações militares, que poderiam contribuir para a busca de soluções e enriquecer propostas, estudos e projectos.

#### 1. ATRASOS NOS PAGAMENTOS DAS COMPARTICIPAÇÕES DA ADME

Desde meados do ano passado que se vêm verificando atrasos intoleráveis no ressarcimento das comparticipações da ADME, sem que seja claramente apresentada uma justificação para tal.

A ANS, dirigiu-se, em tempo oportuno, a Sua Excelência o General Chefe expondo-lhe a gravidade do problema e alertando-o para situações que começam a ser verdadeiramente preocupantes, no que respeita a militares, cujos pagamentos em atraso, muitas vezes respeitantes a tratamentos cuja continuidade é inadiável, se vêm confrontados com dificuldades económicas, com origem numa assistência que lhes é devida e que o Estado, no caso vertente, na pessoa do Exército, não lhes assegura nem justifica o mau serviço prestado.

A resposta obtida, por parte do Senhor Chefe do Gabinete do General CEME, embora simpática e compreensiva, não nos satisfaz nem aponta para uma eficaz reparação das dificuldades sentidas, e muito menos sossega em termos de futuro, antes nos deixa uma sensação de grande apreensão. Também, o Senhor Secretário de Estado da Defesa e dos Antigos Combatentes, confrontado com esta situação, nos transmitiu um sentimento que nos deixa ainda mais apreensivos, por não sentirmos sinais de esperança na resolução pronta e célere da situação criada.

Num recente desenvolvimento da situação, tomámos conhecimento que o Exército terá passado, no princípio deste ano, toda a responsabilidade do pagamento das comparticipações, para as Secções Financeiras das U/E/O, atribuindo-lhes para isso uma nova rubrica, cuja utilização em duodécimos, como é imposto pelo Estado, não se coaduna com os montantes variáveis e muitas vezes elevados dessas mesmas comparticipações, que ainda por cima têm de contemplar o pessoal da Reserva na área de influência das U/E/O em causa. Mais perversa ainda é a responsabilização destas Secções Financeiras pelo pagamento dos passivos de 2002, cujos montantes, em

muitos casos, ultrapassa a verba disponível para 2003. Julgamos que, para além de não resolver o problema, atitudes como esta levam a um progressivo descrédito de todo o sistema, deixando adivinhar um esforço derradeiro de tapar o sol com a peneira, com a agravante de tratar os beneficiários como meras peças de xadrez num tabuleiro viciado pela falta de transparência

Leva-nos portanto todo este cenário a interrogarmo-nos como foi possível chegar-se a este ponto de impasse, em que a culpa, mais uma vez parece querer morrer solteira, sobrando apenas e tão só os incómodos e prejuízos para aqueles que nada têm a ver com as causas, orçamentais, de incúria ou criminosas que levaram a tal descalabro num serviço de tamanha sensibilidade social.

Os Sargentos e os militares em geral, exigem transparência e justiça e o apuramento das responsabilidades por esta intolerável situação!

## 2. NOVA METODOLOGIA NA COLOCAÇÃO DOS SARGENTOS-MORES

É do conhecimento generalizado que foi exarado há relativamente pouco tempo um Despacho do General AGE, estabelecendo novas normas (metodologia) para a colocação por escolha dos Sargentos-mor, presume-se que, na qualidade de Adjuntos de Comandantes, Directores ou Chefes.

A metodologia em causa parece-nos ser um bom princípio, muito embora a abrangência dos seus efeitos, tal como está formulada a sua aplicação, nos deixe algumas dúvidas quanto ao alcance efectivo da medida.

Acontece, no entanto, que este Despacho, a exemplo de outros documentos anteriormente estudados, e postos em execução pelo Exército, passou completamente ao lado da desejável consulta da ANS, nomeadamente numa área em que seria de todo vantajoso poder-se contar com a nossa leitura do problema e consequente contribuição para o resultado final.

É notório que o Exército, os ramos em geral, diga-se em abono da verdade, digeriram ainda muito mal esta nova realidade de poderem contar com as opiniões das associações militares, mesmo numa perspectiva de direito adquirido por estas, à luz da lei, e se capacitarem, duma vez por todas, que os parentes não lhes caem na lama, pelo simples de facto de partilharem com estas a responsabilidade e o dever de encontrarem soluções dignas e consensuais para os muitos problemas que existem na área do pessoal.

Supomos mesmo tratar-se dum fenómeno de azia comportamental crónica, o que leva os Estados-Maiores a sobranceiramente ignorarem os militares e os seus legítimos representantes - as associações - em tudo quanto diga respeito a decisões na área do pessoal. Contrariamente ao que possam pensar, em nada os enobrece tal atitude, antes pelo contrário, enfraquece a solidariedade, a camaradagem, o tão propalado espírito de corpo, sentimentos e valores tão caros à instituição militar, mas que só ganham sentido quando usados em ambos os sentidos.

Mais uma vez, exortamos o Estado-Maior do Exército a não se eximir ao uso desta ferramenta essencial que é a humildade de admitir que os militares, na sua expressão de grupo sócio-profissional, aqui representados pelas suas associações, podem constituir um enriquecimento decisivo na busca de soluções que tanto escasseiam para os inúmeros problemas do pessoal.

Nesta conformidade, dirigimo-nos já ao General CEME, no sentido de lhe darmos a conhecer a nossa posição e a disponibilizarmo-nos para um debate, mesmo à posteriori, sobre as possibilidades de melhorarmos este Despacho. Com efeito, embora concordando com o princípio adoptado, julgamos que se pode ir mais além na eficácia duma metodologia como a que agora foi adoptada.

### **3. ENCONTRO DE SARGENTOS-MOR PROMOVIDO PELA ANS**

Dentro duma perspectiva de procurarmos um melhor desempenho para as funções atribuídas aos Sargentos-mor, em todas as situações com que se confrontam os nossos camaradas que atingem o topo da carreira e que, de certo modo, devem encarnar o espírito dum percurso percorrido e dum objectivo plenamente alcançado, a ANS propõe-se promover brevemente, numa primeira fase, um encontro de Sargentos-mor do Exército da Guarnição Militar de Lisboa alargada, permitindo assim que estes profissionais, sem qualquer constrangimento ou pressupostos assumidos por nós, responsáveis associativos, possam discutir os seus problemas e encontrar o caminho mais coerente e dignificante para o desempenho das suas missões e a consistência das suas funções, dignificando assim a carreira de sargentos, o Exército Português, e as próprias Forças Armadas que todos nos orgulhamos de servir.

Este encontro, por se restringir por agora aos Sargentos-mor, não carrega em si qualquer sinal dum pseudo-elitismo, antes releva a importância do mais alto posto da carreira de sargentos, salientando a urgência que há em nos dignificarmos, por cima, com a matéria humana que temos, que é indubitavelmente a melhor, porque única, sem alimentarmos falsas e irreais expectativas de começar a construir por baixo para fazermos chegar ao cimo os melhores. É urgente que todos os sargentos se revejam nos seus superiores hierárquicos mais próximos e pares - os sargentos-mor - como única alternativa para nos respeitarem, respeitando-nos a nós próprios!

### **4. SÉRIA AMEAÇA DE PASSAGEM COMPULSIVA Á RESERVA JÁ EM 2004!**

Com a publicação do novo RAMME, mais um dos documentos que não pôde contar com a apreciação e contributo das associações militares, instalou-se uma esperança que as questões gravíssimas e injustas duma certa vulgarização das ultrapassagens, diminuísse drasticamente a ameaça de aplicação do Artº 190º do EMFAR, que leva à passagem compulsiva à situação de reserva, dos militares (Sargentos-ajudante e Sargentos-chefe, no caso vertente) que atingissem respectivamente quatro e cinco ultrapassagens por camaradas mais modernos.

A prática e a análise dos factos leva-nos contudo a reconhecer que o universo de sérios candidatos a esta desastrosa situação, atinge quantitativos elevados e ameaça destruir carreiras de sargentos, que longe de se poderem considerar o espúrio da categoria, se situam, numa escala que não pode ser cega, num nível bem acima da média, com provas dadas de dedicação, empenho, espírito de sacrifício e profissionalismo inquestionável, transformados em vítimas duma insensível medida administrativa que ignora os factores humano e social e castiga, de uma forma indelével, aqueles que cumprem e acreditam nas qualidades que nunca lhes foram negadas e sempre responderam, de um modo positivo, às solicitações e sacrifícios duma vida plena de exigências, altruísmo e dureza.

A ANS não pode aceitar que a falta de coragem e discernimento, que teime em manter efectivo este mecanismo do Art.º 190.º do EMFAR, leve a atirar para o lixo das nossas consciências um punhado de militares que foram bons profissionais até ao dia em que a administração lhes lavrou a condenação de terem de se sacrificar em nome de uma interpretação estritamente administrativa e redutora da concepção de escolha e competência.

A ANS não pode condescender com este tratamento desonroso e desumano que envergonha a nossa condição de cidadãos e militares. E nesse sentido, estamos a aguardar uma audiência, pedida com carácter de urgência, ao Senhor Secretário de Estado da Defesa e dos Antigos Combatentes, para discutirmos a melhor maneira de se retirar eficácia a este normativo do EMFAR e assim evitarmos os efeitos duma medida que iria deixar uma ferida insanável no seio da instituição.

Como facilmente se pode depreender de todo este enunciado de problemas, não é fácil a situação vivida pelos militares em geral e pelos sargentos em particular. O estrangulamento orçamental que reduz as unidades a meros depósitos de recursos humanos sem horizontes e objectivos alcançáveis, aliado a um continuado e preocupante estrangulamento das carreiras, num dispositivo que tarda em ser devidamente equacionado, sob uma perspectiva de reestruturação e redimensionamento de urgência inquestionável, levam inevitavelmente a um clima de desânimo, descrença e mesmo existencial por parte dos quadros, que já não se revêm em nenhum dos enquadramentos que se vão desenhando, porque nenhum corresponde a um projecto consistente e sustentado dumas Forças Armadas com objectivos bem definidos e missão amplamente justificada e apoiada pelos portugueses.

É pacificamente aceite que a reestruturação exigida assume proporções de dificuldades imensas, bem assim como de uma séria dose de determinação e ousadia, no caso vertente do Exército, um ramo de grande e estratificada implantação territorial, com um peso logístico e organizacional bastante elevado e um teor tecnológico relativamente fraco e visível apenas em pequenas bolsas da sua estrutura, o que dificulta um redimensionamento eficaz em tempo útil e que não ponha em causa a própria essência da sua vocação.

Compreendemos o peso de toda esta inércia, mas não podemos ficar insensíveis e inactivos perante o desafio que é a nossa própria razão de subsistência e crença num futuro melhor. É pois connosco, militares de todas as patentes, orgulhosos de serem a coluna vertebral deste exército que verga sob o peso atroz dum acumulado adiamento do seu reencontro com a realidade, que a instituição tem que contar num esforço conjunto para uma solução exequível. Mas este esforço tem de a todos ser pedido e com todos ser partilhado, sob pena de se avançar para soluções não consensuais, nem respeitadoras dos legítimos interesses dos militares que, naturalmente não merecem ser ignorados e mesmo prejudicados.

Esta necessidade premente de partilha de responsabilidades e sacrifícios tem de ter uma face visível no reconhecimento de que todos não somos demais para salvar o que ainda há a salvar, não havendo lugar a soluções irredutíveis e construídas na solidão e isolamento de alguns poucos gabinetes, que ainda têm dificuldade em assumir as vantagens desta partilha.

Lisboa, 28 de Abril de 2003

A Direcção